

PUBLICIDADE LEGAL

Todeschini S/A Indústria e Comércio CNPJ 87.547.170/0001-79
NIRE: 43300001431
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação: Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 18 de abril de 2022, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: I) Em regime Ordinário:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Eleição do Presidente do Conselho Consultivo; e) Fixação da remuneração dos Administradores; f) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal; **II) Em regime Extraordinário:** a) Deliberar sobre o aumento do capital social mediante subscrição de novas ações e consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Bento Gonçalves/RS, 06 de abril de 2022. **Paulo Farina** - Diretor/Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - CNPJ/ME nº12.181.987/0001-77 - NIRE 43300052885
 Companhia Aberta - **Edital de Convocação** - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 25 de abril de 2022:
 Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), sob a **forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), a ser realizada no dia **25 de abril de 2022, às 10 horas**, por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para modificar determinadas competências do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro; e (ii) Em razão da deliberação constante do item "I" acima, consolidar o Estatuto Social. **Informações Gerais:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, exercício do direito de voto e participação remota na Assembleia, foi disponibilizada em 25 de março de 2022, na forma prevista na ICVM 481/09, e pode ser acessada por meio dos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br>) e da Companhia (<http://ri.melnick.com.br/>). 2. Os acionistas que queiram participar da Assembleia deverão enviar a seguinte documentação para o e-mail ri@melnick.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, **2 dias de antecedência** da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 23 de abril de 2022**. Os acionistas pessoas físicas, além do documento de identidade com foto do acionista ou representante legal, instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso, e comprovante de participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da Assembleia. Os acionistas pessoas jurídicas e fundos de investimento deverão ser representados conforme seu Estatuto, Contrato Social ou Regulamento, entregando cópias dos documentos comprobatórios da regularidade da representação, acompanhados de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados perante a autoridade competente, documento de identidade com foto do representante legal e comprovante de participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da Assembleia. Adicionalmente, os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, sendo que, neste caso, também deverão enviar a procuração com a identificação clara do signatário, para o referido e-mail. Documentos assinados digitalmente devem ter assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação dos acionistas, bem como a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas que estejam em língua estrangeira, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 3. Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481/09, **não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários até o dia 23 de abril de 2022**. 4. Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na Assembleia, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da ICVM 481/09. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o Boletim de Voto a Distância diretamente à sede social da Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores. 5. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, e o artigo 4º da ICVM 481/09, o percentual mínimo do capital votante, para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. 6. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e votação na Assembleia, inclusive votação a distância, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e documentação exigida dos acionistas para admissão à Assembleia, podem ser acessadas na Proposta de Administração. Porto Alegre, 04 de abril de 2022. Leandro Melnick - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
 Versão para folhear
 Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E
COMÉRCIO EM GERAL
CNPJ n. 92.192.236/0001-95
NIRE 43.300.016.901
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem,
em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada
no dia **28 de abril de 2022**, às **17:30 horas**, na
sede social, situada na cidade de Porto Alegre,
estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos
Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre
a seguinte ordem do dia:
a) tomar as contas dos administradores, examinar,
discutir e votar as demonstrações financeiras rela-
tivas ao exercício social encerrado em 31 de de-
zembro de 2021;
b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do
exercício e a distribuição de dividendos; e
c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montan-
te da remuneração dos administradores.
Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A.
PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022, às 16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Informamos, em atenção ao disposto na Instrução CVM 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM n. 282, de 26.06.98, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento).

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
Luciano Adures de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ n. 01.093.994/0001-09

NIRE 43.300.034.381

Assembleia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.

A Diretoria

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Luciano Adures de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
 CNPJ n. 92.213.552/0001-04
 NIRE 43.300.011.429
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 15:00 horas, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Informamos em atenção ao disposto na Instrução CVM 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM n. 282, de 26.06.98, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo é de 8% (oito por cento).

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
 Augusto Lauro de Oliveira Júnior
 Presidente do Conselho de Administração

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play**

DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL


COMPANHIA ABERTA - Código CVM nº 94
CNPJ 92.693.019/0001-89 • NIRE JUCERGS 43.3.0000227-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 11hs, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte. **Ordem do Dia:** 1. Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021; 2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2021; 3. Manter em 3 (três) o número de membros para compor o conselho de administração e reeleger seus respectivos membros; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores. **Instruções Gerais:** (i) Os acionistas, para terem sua participação admitida na Assembleia, deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. (ii) Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia. (iii) É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nas Instruções Normativas CVM 165/91, 282/98 e 481/09. (iv) Além disso, a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM no 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância. Gravataí/RS, 05 de abril de 2022.

Raul Maselli
Presidente do Conselho de Administração



Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

 agencias@jornaldocomercio.com.br

 comercial@jornaldocomercio.com.br

 (51) 3213-1333 / 3213-1338

 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S. A., CUTELARIA

CNPJ nº 90.050.238/0001-14 – NIRE: 43300005071 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 18 de abril de 2022, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA TEEC S. A.

CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 18 de abril de 2022, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.

Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.

CNPJ. N° 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 19 de abril de 2022, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – M AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Garibaldi, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.
 CNPJ. Nº 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 19 de abril de 2022, às 15h00min (quinze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RS 122, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **4.** Eleição do Conselho de Administração; e, **5.** Eleição do Conselho Fiscal. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.
 Farroupilha, RS, em 04 de abril de 2022.
Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S. A.
 CNPJ nº 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 20 de abril de 2022, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.
Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA SUL S. A.

CNPJ nº 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 20 de abril de 2022, às 14h00min (quatorze horas), na Rua Garibaldi, nº 308, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária.

Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2022, às 08h00min (oito horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **4.** Eleição do Conselho de Administração; e, **5.** Eleição do Conselho Fiscal. **II – EM AGE: 1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2022, às 17h00min (dezessete horas), na sede da Companhia sita na Rodovia RST 471, Km 233, em Encruzilhada do Sul, RS, CEP 96610-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. Destinar o resultado desse exercício social; 3. Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleição do Conselho de Administração; e, 5. Eleição do Conselho Fiscal. II – **EM AGE:** 1. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; 2. Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 8.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; 3. Alterar a denominação do endereço da Companhia, de acordo com a Lei Estadual do RS nº 15740, de 30 de novembro de 2021; e, 4. Suas consequentes alterações estatutárias.

Encruzilhada do Sul, RS, em 04 de abril de 2022.

Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 29 de abril de 2022, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Av. 20 de Setembro, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho de Administração; **II – EM ABR: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 10.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; **2.** Alterar a denominação do endereço da Companhia, de acordo com a Lei nº 3.889 de 18 de agosto de 2021, da Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, RS; e, **3.** Suas conseqüentes alterações estatutárias. Carlos Barbosa, RS, em 04 de abril de 2022.
Clovis Tramontina – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A. - CNPJ nº 03.164.966/0001-52 - NIRE nº 433.000.609.00 - **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** - (1) **HORA, DATA E LOCAL:** 16hs do dia 21 de fevereiro de 2022, na cidade de Porto Alegre, RS, na Av. Iguazu (também grafada como "Iguassu"), n. 451, 6º andar, Petrópolis, CEP 90470-430, sede da sociedade empresária **PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.** (2) **PRESENÇA:** a totalidade do capital social. (3) **MESA:** Presidente Mauro Jungblut, Secretário Carlos Ronei Bortoli; (4) **CONVOCAÇÕES:** dispensadas, por força do §4º, do art. 124, da Lei 6.404/76; (5) **ORDEM DO DIA:** alterar o objeto social da Companhia e a correspondente modificação do seu Estatuto Social; (6) **DELIBERAÇÕES:** (6.1) por unanimidade dos acionistas deliberaram incluir no objeto social a atividade de "comércio varejista de equipamentos para engenharia e materiais para construção (CNAE 4744-0/99)", modificando o art. 3º do seu Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 3º.** O objeto da Companhia é a prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica, elaboração de estudos, planos programas e supervisão de projetos de engenharia (CNAE 7112-0/00), fiscalização e supervisão de obras (CNAE 7112-0/00), estudos, auditorias e projetos ambientais (CNAE 7112-0/00), planejamento, pesquisa, controle e monitoramento ambiental de projetos e obras de engenharia (CNAE 7112-0/00), serviços de cartografia e geoprocessamento (CNAE 7119-7/01), levantamentos e sondagens geotécnicas (CNAE 4312-6/00), ensaios de solos (CNAE 4312-6/00), pesquisas de mercado ou opinião (CNAE 7320-3/00), levantamentos e estudos arqueológicos (CNAE 7220-7/00), diagnósticos e levantamentos em geral na área das ciências biológicas (CNAE 7112-0/00) e comércio varejista de equipamentos para engenharia e materiais para construção (CNAE 4744-0/99)". (6.2) As demais disposições do Estatuto Social permanecem em vigor. (7) **LAVRATURA DA ATA:** foi autorizada a lavratura desta ata nos termos que dispõe o §1º do art. 130, da Lei 6.404 de 15.12.1976; (8) **ACIONISTAS:** Mauro Jungblut, Carlos Ronei Bortoli, Patricia Luisa Cardoso, Sidnei Gusmão Agra e Juliana Jucelia Tonet. (9) **ENCERRAMENTO:** Esta Ata foi lida e aprovada por unanimidade pelos acionistas e é cópia fiel da original lavrada no livro próprio, representando todos os atos ocorridos na Assembleia. Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2022. Presidente: Mauro Jungblut; Secretário Carlos Ronei Bortoli. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 8184329 em 10/03/2022 da Empresa PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A., CNPJ 03164966000152 e protocolo 220661481 - 07/03/2022. Autenticação: B59741BDE369E49E17A7329FCE993819960F45. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

INDAC - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 92.690.817/0001-57

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Indac - Investimentos e Participações S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessário. Porto Alegre, 05 de abril de 2022. A Administração

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais). As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante				Receitas (despesas) op.			
Caixa e equivalentes de caixa		2.997	1.642	Fornecedores	22	50	50	Resultado da equiv. patrimonial	5	1.265.224	218.274
Créditos tributários	7	9	841	Impostos e contribuições sociais a recolher	7	22	1.348	Despesas gerais e administr.	9	(1.122)	(2.221)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		-	24.755	Contrib. social a recolher		-	572	Outras receitas operac.	9	2.038	14.511
Outros ativos circulantes		643	752	Partes relacionadas		-	24.708	Outras despesas operac.		(1.455)	(14.867)
		3.649	27.990	Outros passivos circulantes		219	241	Lucro antes dos result. financ.		1.264.685	215.697
Ativo não circulante				Patrimônio líquido	8			Resultado Financeiro		188	80
Investimentos	5	3.778.424	3.023.610	Capital social		1.610.610	1.610.610	Receitas financeiras		(4.654)	(1.987)
		3.778.424	3.023.610	Reserva de lucros		987.462	331.657	Despesas financeiras		1.260.219	213.790
				Aj. de aval. patrimonial		1.183.738	1.082.414	Lucro antes dos impostos	3.5	(10.414)	(2.136)
						3.781.810	3.024.681	Lucro líquido do exercício		1.249.805	211.654
Total do ativo		3.782.073	3.051.600	Total passivo e patrim. liq.		3.782.073	3.051.600	Lucro por ação do capital social	10	0,78	0,13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reserva de lucros				Aj. de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrim. liq.
	Capital social	Legal	Lucros a realizar				
Saldo em 01/01/2020	1.546.790	-	-	-	798.895	130.003	2.475.688
Lucro liq. do exercício	-	-	-	-	211.654	211.654	211.654
Outros result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	216.368	-	216.368
Total dos result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	216.368	211.654	428.022
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	-	-	898	-	898
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	1.345	-	1.345
Efeito do ágio na emissão de ações em controladas	-	-	-	-	53.153	-	53.153
Amortização de deságio	-	-	-	-	11.755	-	11.755
Aumento de capital	63.820	-	-	-	-	-	63.820
Constituição de reserva legal	-	10.583	-	-	-	(10.583)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	321.074	-	-	(321.074)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	1.082.414	(10.000)	(10.000)
Saldo em 31/12/2020	1.610.610	10.583	321.074	1.082.414	1.249.805	104.109	3.023.610
Outros result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	104.109	1.249.805	1.353.914
Total dos result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	104.109	1.249.805	1.353.914
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	-	-	(2.994)	-	(2.994)
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	(6.122)	-	(6.122)
Efeito do ágio na emissão de ações em controladas	-	-	-	-	6.331	-	6.331
Constituição de reserva legal	-	62.490	-	-	-	(62.490)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	593.315	-	-	(593.315)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	594.000	(594.000)	-
Saldo em 31/12/2021	1.610.610	73.073	914.389	1.183.738	1.249.805	594.000	3.781.810

Nota 1 - Informações Gerais: A Indac - Investimentos e Participações S.A. ("Companhia") controlada por Frepar Participações Societárias S.A., Jopar Participações Societárias S.A., Klapar Participações Societárias S.A. e Gepar Participações Societárias S.A., com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tem por objeto e principal atividade a participação, direta ou indireta, na Metalúrgica Gerdau S.A. e empresas relacionadas, como descrito na nota 5. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** a) **Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 05 de abril de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2021. **Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas e controladas. **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a) a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o ativo é gerido. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias. **c) Aplicações financeiras em títulos para negociação:** Os títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas e controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que a distribuição de dividendos é aprovado pelos acionistas da Companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio recebido de coligadas é registrado como receita financeira e, para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, é reclassificado da linha de receitas financeiras para resultado de equivalência patrimonial. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de

renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicidade: 31/12/2021 e 31/12/2020. **3.6 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.7 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no Caixa e equivalentes de caixa. **2021** **2020**
 Banco e aplicações de liq. imediata 2.842 1.581
Total **2.842** **1.581**

Nota 5 - Investimentos:

	Metallúrgica Gerdau S.A.	Gerdau Empreendimentos S.A.	Grupo Gerdau Participações Ltda.	Acóter Ltda.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2020	1.390.145	2	623.939	477.509	1.473	2.493.067
Equivalência	127.738	-	51.352	39.184	-	218.274
Aj. de avaliação patrimonial	156.722	-	65.217	49.824	-	271.764
Aquisição de investimentos	78.686	-	-	-	-	78.686
Amortização de deságio	11.399	-	-	-	-	11.399
Alienação de Investimentos	(14.867)	-	-	-	-	(14.867)
Depósito para aumento de capital	-	-	4.000	-	-	4.000
Dividendos/Juros s/o cap. próprio	(37.963)	-	-	(750)	-	(38.713)
Saldo em 31/12/2020	1.711.860	2	744.508	565.767	1.473	3.023.610
Equivalência	740.273	-	297.592	227.359	-	1.265.224
Aj. de avaliação patrimonial	58.688	-	24.443	18.674	-	101.805
Aquisição de investimentos	2	-	-	-	-	2
Alienação de Investimentos	(1.454)	(1)	-	-	-	(1.455)
Dividendos/Juros s/o cap. próprio	(354.011)	-	(145.688)	(111.063)	-	(610.762)
Saldo em 31/12/2021	2.155.358	1	920.855	700.737	1.473	3.778.424
Participação no capital total (%)	14,63%	0,00%	56,69%	99,99%	-	-

de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **d) Instrumentos financeiros por categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	2021	2020
Ativos a valor		
Empréstimos justo por meio e recebíveis do resultado		
Caixa e equiv. de caixa	154	154
Aplic. financeiras	2.842	2.842
Outros ativos circ.	652	652
Total	3.648	3.648
Custo amortizado		
Total	2.842	2.842
Ativos a valor		
Empréstimos justo por meio e recebíveis do resultado		
Caixa e equiv. de caixa	61	61
Aplic. financeiras	1.581	1.581
Dividendos e juros s/o capital próprio a rec.	24.755	24.755
Outros ativos circ.	1.593	1.593
Total	26.409	1.581
Custo amortizado		
Total	26.920	26.920

Nota 7 - Créditos tributários e impostos e contribuições a recolher:

	2021	2020
Créditos tributários		
Saldo neg. de IR e contrib social	9	841
Total	9	841
Impostos e contrib. sociais a recolher		
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	1.082
PIS - Programa de Integração Social	-	235
CSLL - Contrib. Social sobre o Lucro Líq.	-	572
Encargos sociais s/feiras provisionadas	21	22
Impostos retidos s/serviços de terceiros	-	9
Total	22	1.920

Nota 8 - Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.610.610 (R\$ 1.610.610 em 31/12/2020) dividido em 1.610.610 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (1.610.610 ações em 31/12/2020). **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em coligadas da Companhia, detidas indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica os ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito da participação de coligadas e o efeito de opção de ações de coligada. **c) Reserva de lucros: 1) Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. **d) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo, distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. Em 2021 a companhia distribuiu dividendos no valor de R\$ 594.000, conforme abertura abaixo:

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
26/05/2021	27/05/2021	58.000
04/08/2021	27/08/2021	75.500
27/10/2021	17/11/2021	460.500
Destinação para res. legal:		594.000

Nota 9 - Despesa por natureza: A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por Natureza:

	2021	2020
Lucro liq. do exercício	1.249.805	211.654
Reserva Legal 5%	(62.490)	(10.583)
Lucro líquido ajustado	1.187.315	201.071
25% do Lucro Líquido (mínimo obrigatório)	296.829	50.268
Dividendos Distribuídos	594.000	10.000
Nota 9 - Despesa por natureza: A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por Natureza:		
Total	2021	2020
Despesa de pessoal	(314)	(479)
Despesas tributárias e fiscais	(10)	(359)
Honorários de terceiros	(225)	(1.216)
Software	(200)	-
Seguro de bens	(205)	-
Despesas gerais	(168)	(167)
Total	(1.122)	(2.221)

Nota 10 - Resultado por ação: Conforme requerido pelo CPC 41, Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2021	2020
Básico e diluído		
Numerador básico		
Lucro alocado disp. p/ os acionistas	1.249.805	211.654
Denominador básico		
Média pond. de ações	1.610.609.684	1.610.609.684
Lucro p/ação (em R\$) - básico e diluído	0,78	0,13

(Em milhares, exceto quotas e dados por ações)

Nota 11 - Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária e, na avaliação de seus consultores legais juntamente com a administração, esses processos possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável). Devido a esta classificação, não são efetuadas provisões contábeis, de acordo com as normas do CPC. Em 31/12/2021 as causas passivas com probabilidade de perda possível somam R\$ 11.762 e R\$ 3.824 em 31/12/2020. **Diretor:** Marcelo de Souza Potenza; **Diretor de Controladoria:** José Fernando Vedana; **Contador:** CRC/RS sob o nº 37.580

PUBLICIDADE LEGAL

FREPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.943/0001-23

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Frepar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgemos necessário. Porto Alegre, 01 de abril de 2022. A Administração

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais). As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	2021	2020	
Ativo circulante			Passivo circulante			Despesas e receitas operacionais			Lucro liq. apurado demonstr. result.		
Caixa e equivalentes de caixa	269	582	Outros passivos circul.	-	500	Resultado da equivalência patrimonial	5	312.452	312.431	49.060	
Créditos tributários	11	10	Dividendos a pagar	-	501	Despesas gerais e administrativas		(16)			
	280	592				Lucro antes do resultado financeiro		312.436	49.061		
Ativo não circulante			Patrimônio líquido			Receitas financeiras					
Investimentos	945.453	756.171	Capital social	7.a	413.632	Despesas financeiras		(5)			
	945.453	756.171	Cap. social a integralizar	7.a	-	Despesas financeiras		(2)			
			Reserva de lucros		216.938	Lucro liq. do exercício		312.431	49.060		
			Aj. de aval. patrimonial	7.b	315.163						
					945.733						
Total do ativo	945.733	756.763	Total passivo e patrim. liq.		945.733						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Saldo em 01/01/2020	Capital social		Reserva de Lucros		Aj. de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrim. liq.	2021	2020
	subscrito	a integralizar	Legal	Lucros a realizar					
Lucro liq. do exercício	-	-	-	-	-	49.060	49.060		
Outros resultados abrang. reconhecidos no exerc.	-	-	-	-	8.403	8.403	8.403		
Total resultados abrang. reconhecidos no exerc.	-	-	-	-	8.403	8.403	8.403		
Efeito aum. participação em controladas	-	-	-	-	8	8	8		
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	609	609	609		
Efeito ágio na emissão de ações controladas	-	-	-	-	13.738	13.738	13.738		
Parcela absorvida cisão Cindac	-	-	413.622	-	267.074	6.247	686.943		
Const. reserva legal	-	-	-	2.453	-	(2.453)	-		
Const. de res. lucros a realizar	-	-	-	-	50.354	(50.354)	-		
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(2.500)	(2.500)		
Saldo em 31/12/2020	413.632	(9)	2.453	50.354	289.832	756.262	756.262		
Lucro liq. do exercício	-	-	-	-	-	312.431	312.431		
Outros resultados abrang. reconhecidos no exerc.	-	-	-	-	26.027	26.027	26.027		
Total resultados abrang. reconhecidos no exerc.	-	-	-	-	26.027	26.027	26.027		
Efeito aum. participação em controladas	-	-	-	-	1.643	1.643	1.643		
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	(1.531)	(1.531)	(1.531)		
Efeito ágio na emissão de ações controladas	-	-	-	-	(808)	(808)	(808)		
Integralização de Cap.	-	9	-	-	-	-	9		
Const. reserva legal	-	-	15.622	-	-	(15.622)	-		
Const. de res. lucros a realizar	-	-	-	-	148.509	(148.509)	-		
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(148.300)	(148.300)		
Saldo em 31/12/2021	413.632	(9)	18.075	198.863	315.163	945.733	945.733		

Notas explicativas

Nota 1 - Informações Gerais: A Frepar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Frepar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 01/04/2022. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. **3.2 - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecidos no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** E reconhecida como passivo no momento em que a distribuição de dividendos é aprovada pelos acionistas da Companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio registrado como despesa financeira, e para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras e da demonstração do resultado é tratado como se fosse dividendo, sendo reduzido de lucros acumulados, no patrimônio líquido. O valor dos juros sobre o capital próprio recebidos de coligada são registrados como receita financeira e, para fins de divulgação da adequação aos princípios contábeis, é reclassificada da linha de receitas financeiras para resultado de equivalência patrimonial. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o Lucro Real como forma de tributação às alíquotas de 25% para o imposto de Renda (15% mais adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. **3.6 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.7 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no País. **Nota 5 - Investimentos:**

Nota 6 - Instrumentos Financeiros: **a) Considerações gerais:** A Companhia, mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes, outros passivos não circulantes. **b) Valor de mercado:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. **c) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas controladas indiretamente: **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Liber* e CDI. Desta forma, podem contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos por suas coligadas. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia, através de suas coligadas, não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção de suas coligadas. Em função de operar num mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **d) Instrumentos financeiros por categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

Nota 7 - Patrimônio Líquido: **a) Capital social:** Em 31/12/2021 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.623 em 31/12/2020) dividido em 413.632 (413.623 em 31/12/2020) ações no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em 31/12/2020 o capital subscrito era de R\$ 413.623 dividido em 413.623 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma, e o capital integralizado era de R\$ 9. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em controladas e o efeito de opção de ações de controladas. **c) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo, distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. Em 2021 a companhia distribuiu dividendos no valor de R\$148.300, conforme abertura abaixo:

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Lucro liq. do exercício 312.431 49.060. **Fluxo de caixa das atividades operac.:** Result. equiv. patrimon. (nota 5) (312.452) (49.063). **Varição de ativos e passivos:** Outras contas de ativos e passiv. (1) -. **Resgate de aplicações financ. em títulos para negociação** (1.531) -. **Fluxo de cx. liq. aplic. nas atividades operacionais** (22) (2). **Fluxo de cx. das ativ. financ.:** Integralização de capital 9 -. **Distribuição de lucros (nota 7.c)** (148.800) (2.000). **Fluxo de caixa liq. aplicado nas atividades de financiamento** (148.791) (2.000). **Fluxo de cx. das ativ. de investimento:** Recebimento de dividendos 148.500 2.500. **Cx. e equiv. de cx. receb. na cisão** - 83. **Fluxo de cx. liq. gerado p/ atividades de investimentos** 148.500 2.583. **(Red.) aum. do caixa e equiv. de caixa** (313) 581. **Cx. e equiv. cx. início do exerc.** 582 1. **Cx. e equiv. cx. final do exerc.** 269 582.

Continuação nt. 6

2020

Ativos

Caixa e equiv. de caixa 582 582

Total 582 582

Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos circulantes 1 1

Total 1 1

Passivos

Outros passivos circulantes 1 1

Total 1 1

Nota 7 - Patrimônio Líquido: **a) Capital social:** Em 31/12/2021 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.623 em 31/12/2020) dividido em 413.632 (413.623 em 31/12/2020) ações no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em 31/12/2020 o capital subscrito era de R\$ 413.623 dividido em 413.623 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma, e o capital integralizado era de R\$ 9. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em controladas e o efeito de opção de ações de controladas. **c) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo, distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. Em 2021 a companhia distribuiu dividendos no valor de R\$148.300, conforme abertura abaixo:

Data de deliberação

26/05/2021 27/05/2021 14.500

04/08/2021 27/08/2021 18.800

27/10/2021 17/11/2021 115.000

Total 148.300

Destinação para Reserva legal

2021 2020

Lucro liq. do Exercício 312.431 49.060

Reserva legal 59 (2.453)

Lucro líquido ajustado 296.810 46.607

25% do Lucro líquido (mínimo obrigatório) 74.202 11.652

Dividendos distribuídos 148.300 2.500

Diretor: Frederico Carlos Gerdau Johampeter - **Diretor de**

Controladoria: José Fernando Vedana, **Contador:**

CRC/RS sob o nº 37.580.

Custo amortizado

Total

269 269

269 269

Total

269 269

Ativos

Caixa e equiv. de caixa 269 269

Total 269 269

Passivos

Caixa e equiv. de caixa 269 269

Total 269 269

Indic. Invest. e Aqoter Part.

Particip. S/A **Ltda.** **Total**

Saldo 01/01/2020

Incorp. parcelas 686.849 1 686.850

Equivalência 49.064 - 49.064

Aj. de aval. patrimon. 22.757 - 22.757

Dividendos (2.500) - (2.500)

Saldo 31/12/2020 756.170 1 756.171

Equivalência 312.452 - 312.452

Aj. de aval. patrimon. 25.330 - 25.330

Dividendos (148.500) - (148.500)

Saldo em 31/12/2021 945.452 1 945.453

Part. capital total (%) 25,00%

31/12/2021 **31/12/2021**

Total de ativos 3.782.073 700.740

Patrim. líquido 3.781.810 700.740

Lucro liq. do exercício 1.249.805 227.361

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O APP JC



PUBLICIDADE LEGAL

KLAPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.773/0001-87

Relatório da administração: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Klapar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 01 de abril de 2022. A Administração

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais). As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações

Ativo circulante	Balanco Patrimonial			Passivo circulante	Demonstração do Resultado			Demonstração do Resultado Abrangente					
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020	Nota	2021	2020			
Caixa e equivalentes de caixa	4	268	1.082	Outros passivos circ.	-	-	Despesas e receitas operacionais	-	-	Lucro Líq. apurado na demonstr. result.	312.430	49.060	
Créditos tributários	-	11	10	Dividendos a pagar	-	1.000	Resultado da equivalência patrimonial	5	312.452	49.063	-	-	
Ativo não circulante	-	279	1.092	Patrimônio líquido	7.a	413.632	413.632	Desp. gerais e administrativas	-	(18)	(2)	35.059	11.955
Investimento	5	945.453	756.171	Capital social	7.a	-	-	Lucro antes do resultado financeiro	312.434	49.061	-	(14.309)	(2.830)
		945.453	756.171	Cap. social a integralizar	-	216.937	52.807	Receitas financeiras	-	-	1	-	-
Total do ativo		945.732	757.263	Reserva de lucros	7.b	315.163	289.832	Despesas financeiras	(4)	(2)	(2)	39	365
		945.732	757.263	Ajuste de aval. patrimonial	-	945.732	756.262	Lucro Líquido do exercício	312.430	49.060	(2)	20.789	9.490

Saldo em 01/01/2020	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Reserva de Lucros			Aj. de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrim. líq.
	Cap. social subscrito	Capital social a integralizar	Legal	Lucros a realizar	Legal	Lucros a realizar			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	49.060	49.060
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	8.403	-	8.403
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	8.403	49.060	57.463
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	-	-	609	-	609
Efeito do ágio na emissão de ações em controladas	-	-	-	-	-	-	13.738	-	13.738
Parcela absorvida CINDAC	-	413.622	-	-	-	-	267.074	-	686.943
Constituição de reserva legal	-	-	2.453	-	-	-	-	6.247	(2.453)
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	-	50.354	-	-	-	(50.354)	(2.500)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Saldo em 31/12/2020	413.632	(9)	2.453	50.354	289.832	-	-	312.430	756.262
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	312.430	312.430
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	26.028	-	26.028
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	26.028	312.430	338.458
Efeito de aumento de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	1.643	-	1.643
Efeito de opção de ações de controladas	-	-	-	-	-	-	(1.530)	-	(1.530)
Efeito do ágio na emissão de ações em controladas	-	-	-	-	-	-	(810)	-	(810)
Subscrição de capital	-	9	-	-	-	-	-	-	9
Constituição de reserva legal	-	-	15.622	-	-	-	-	(15.622)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	-	148.508	-	-	-	(148.508)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(148.300)	(148.300)
Saldo em 31/12/2021	413.632	(9)	18.075	198.862	315.163	-	-	(148.300)	945.732

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		2021	2020
Fluxo de caixa de ativ. operac.			
Lucro Líquido do exercício		312.430	49.060
Aj. p/reconhecer o lucro líq. ao fluxo de caixa das ativ. operac.:		-	-
Resultado de equiv. patrim. (nota 5)		(312.452)	(49.064)
Variação de ativos e passivos		-	(1)
Outras contas de ativos e passivos		-	-
Resgate de aplicações financeiras em títulos para negociação		-	1
Fluxo de caixa líq. aplicado nas atividades operacionais		(22)	(4)
Fluxo de caixa das ativ. financiam.			
Integralização de capital		9	-
Distribuição de lucros (nota 7.c)		(149.300)	(1.500)
Fluxo de cx. líq. aplic. nas ativ. de financ.		(149.291)	(1.500)
Fluxo de caixa das ativ. de investim.			
Recebimento de dividendos		148.500	2.500
Caixa e equiv. de caixa receb. na cisão		-	84
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		148.500	2.584
(Redução) aum. do caixa e equiv. de caixa		(813)	1.080
Caixa e equiv. caixa início do exerc.		1.081	1
Caixa e equiv. caixa final do exerc.		268	1.081

Notas explicativas

Nota 1 - Informações Gerais: A Klapar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Klapar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 01/04/2022.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem à utilizada por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do reconhecimento. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas indiretas e controladas indiretas. **3.2 - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecidos no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acréscido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos Distribuídos:** É reconhecida como passivo no momento em que a distribuição de dividendos é aprovada pelos acionistas da Companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio registrado como despesa financeira, e para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras e da demonstração do resultado é tratado como se fosse dividendo, sendo reduzido de lucros acumulados, no patrimônio líquido. O valor dos juros sobre o capital próprio recebidos de coligada são registrados como receita financeira e, para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, é reclassificado da linha de receitas financeiras para resultado de equivalência patrimonial. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data da base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o Lucro Real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de Renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. **3.6 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.7 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no caixa e equivalentes de caixa em 2021 e 2020. **Nota 5 - Investimentos:** **Indac Invest. Particip. S/A** **Açoter Part. Ltda.** **Total**

Continuação nota 5

Indac Invest. Particip. S/A	Açoter Part. Ltda.	Total
3.781.810	700.740	4.482.550
1.249.805	227.361	1.477.166

Nota 6 - Instrumentos Financeiros: **a) Considerações gerais:** A Companhia, mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes, outros passivos não circulantes. **b) Valor de mercado:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. **c) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas controladas indiretamente: **Risco de taxas de juros:** E o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e *CDI*. Desta forma, podem contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos por suas coligadas. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia, através de suas coligadas, não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos de seus clientes e instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção de suas coligadas. Em função de operar num mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **d) Instrumentos financeiros por categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

Data de deliberação **Data de pagamento** **Valor**

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
26/05/2021	27/05/2021	14.500
04/08/2021	27/08/2021	18.800
27/10/2021	17/11/2021	115.000
		148.300

Destinação para Reserva legal

	2021	2020
Lucro líq. do Exercício	312.430	49.060
Reserva legal 5%	(15.622)	(2.453)
Lucro líquido ajustado	296.808	46.607
25% do Lucro líquido (mínimo Obrig.)	74.202	11.652
Dividendos distribuídos	148.300	2.500

Diretor: Klaus Gerdau Johannpeter - **Diretor de Controladoria:** José Fernando Vedana - Contador - CRC/RS sob o nº 37.580

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

JOPAR - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.764/0001-96

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Jopar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessário. Porto Alegre, 01 de abril de 2022. A Administração.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais). As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota	Balanço Patrimonial		Nota	2021	2020	Demonstração do Resultado			Demonstração do Resultado Abrangente		
		2021	2020				Nota	2021	2020	2021	2020	
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	4	270	81									
Créditos tributários		11	10									
		281	91									
Ativo não circulante												
Investimentos	5	945.453	756.171									
		945.453	756.171									
Total do ativo		945.734	756.262									

Passivo	Nota	Balanço Patrimonial		Nota	2021	2020	Demonstração do Resultado			Demonstração do Resultado Abrangente		
		2021	2020				Nota	2021	2020	2021	2020	
Passivo circulante												
Outros passivos circul.		-	1									
Patrimônio líquido												
Capital social	7.a	413.632	413.632									
Cap. social a integralizar	7.a	-	(9)									
Reserva de lucros		216.939	52.807									
Aj. de aval. patrimonial	7.b	315.163	289.831									
		945.734	756.262									
Total do passivo e patrim. liq.		945.734	756.262									

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 01/01/2020	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Aj. de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrim. liq.
			Legal	Lucros a realizar			
49.060	413.632	(9)	-	-	-	49.060	49.060
8.402	-	-	-	-	8.402	8.402	57.462
8	-	-	-	-	8	8	65.870
609	-	-	-	-	609	609	66.479
13.738	-	-	-	-	13.738	13.738	80.217
267.074	413.622	-	-	-	267.074	6.247	686.943
(2.453)	-	-	2.453	-	-	(2.453)	684.490
(50.354)	-	-	-	50.354	-	(50.354)	634.136
(2.500)	-	-	-	-	-	(2.500)	631.636
Saldo em 31/12/2020	413.632	(9)	2.453	50.354	289.831	312.432	756.261
26.028	-	-	-	-	26.028	26.028	782.289
1.643	-	-	-	-	1.643	1.643	783.932
(1.530)	-	-	-	-	(1.530)	(1.530)	782.402
(809)	-	-	-	-	(809)	(809)	781.593
9	-	9	-	-	-	9	781.602
(148.300)	-	-	15.622	-	-	(15.622)	633.282
(148.510)	-	-	-	148.510	-	(148.510)	484.772
(148.300)	-	-	-	-	-	(148.300)	336.472
Saldo em 31/12/2021	413.632	(9)	18.075	198.864	315.163	945.734	945.734

Notas explicativas

Nota 1 - Informações Gerais: A Jopar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As demonstrações financeiras da Jopar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 01/04/2022. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: **3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas indiretas e controladas indiretas. **3.2 - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecidos no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** É reconhecida como passivo no momento em que a distribuição de dividendos é aprovada pelos acionistas da Companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira, e para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras e da demonstração do resultado é tratado como se fosse dividendo, sendo reduzido de lucros acumulados, no patrimônio líquido. O valor dos juros sobre o capital próprio recebidos de coligada são registrados como receita financeira e, para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, é reclassificado da linha de receitas financeiras para o resultado de equivalência patrimonial. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o Lucro Real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição Social, para os exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020. **3.6 - Outros ativos e passivos circulantes não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.7 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no País. **2021**
Caixa e equivalentes de caixa **2021**
Conta corrente país **270**
270
270
81
81

Nota 5 - Investimentos:

Indac Invest. e Particip. S/A	Açoter Part. Ltda.	Total
Saldo 01/01/2020		
Incorpor parcelas cindidas CINDAC	686.849	686.850
Equivalência	49.064	49.064
Aj. de aval. patrim.	22.757	22.757
Dividendos	(2.500)	(2.500)
Saldo 31/12/2020	756.171	756.171
Equivalência	312.452	312.452
Aj. de aval. patrim.	25.330	25.330
Dividendos	(148.500)	(148.500)
Saldo em 31/12/2021	945.452	945.453
Part. capital total (%)	25,00%	0,01%
31/12/2022	31/12/2022	
Total de ativos	3.782.073	700.740
Patrimônio líquido	3.781.810	700.740
Lucro liq. do exercício	1.249.805	227.361

Nota 6 - Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais: A Companhia, mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes, outros passivos não circulantes. **b) Valor de mercado:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. **c) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas controladas indiretamente: **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e *CDI*. Desta forma, podem contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio afetando o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos por suas coligadas. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia, através de suas coligadas, não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as empresas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, as empresas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção de suas coligadas. Em função de operar num mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, são monitoradas permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **d) Instrumentos financeiros por categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos	Caixa e equiv.	Total
2021	Custo amortizado	Total
270	270	270
270	270	270

Nota 7 - Patrimônio Líquido: a) **Capital social:** Em 31/12/2021 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 413.632 (R\$ 413.623 em 31/12/2020) dividido em 413.632 (413.623 em 31/12/2020) ações no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em 31/12/2020 o capital subscrito era de R\$ 413.623 dividido em 413.623 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma, e o capital integralizado era de R\$ 9. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em controladas e o efeito de opção de ações de controladas. **c) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo, distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade seus acionistas em Assembleia Geral. Em 2021 a companhia distribuiu dividendos no valor de R\$148.300, conforme abertura abaixo:

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
26/05/2021	27/05/2021	14.500
04/08/2021	27/08/2021	18.800
27/10/2021	17/11/2021	115.000
		148.300
		2021
		312.432
		49.060
		(15.622)
		296.810
		2020
		74.203
		11.652
		148.300

Destinação para Reserva legal
Lucro liq. do Exercício 312.432 49.060
Reserva legal 5% (15.622) (2.453)
Lucro líquido ajustado 296.810 46.607
25% do Lucro líquido (mínimo obrigatório) 74.203 11.652
Dividendos distribuídos 148.300 2.500

Diretor: Jorge Gerdau Johannpeter; **Diretor de Controladoria:** José Fernando Vedana, **Contador,** CRC/RS sob o nº 37.580

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
📞 (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



Terramar Investimentos S.A.

CNPJ nº 91.411.181/0001-02

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado		Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	Controladora		Consolidado					
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20				
Ativo	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	Passivo	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	Fluxos de Caixa - Método Indireto	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	22.662	13.136	557.764	1.010.974	Fornecedores	55	37	747.282	604.476	Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Aplicações financeiras (Nota 5)	29.475	-	29.475	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	101.676	546	1.969.914	709.267	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.081.306	799.559	1.250.924	961.619				
Contas a receber de clientes (Nota 6)	11	11	1.429.397	1.182.212	Arrendamentos (Nota 16)	-	-	15.460	16.233	Ajustes para:								
Estoques (Nota 7)	-	-	1.020.684	781.529	Dividendos a pagar (Nota 9)	44.680	160.002	44.743	165.738	Depreciação e amortização	794	806	548.215	451.986				
Dividendos a receber (Nota 9)	63.573	254.813	18.247	4.721	Obrigações trabalhistas	-	-	258.366	147.073	Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	18.561	51.263	256.353	713.543				
Impostos a recuperar (Nota 10)	7.464	7.191	159.438	156.900	Impostos e encargos sociais	1.861	1.607	86.199	62.511	Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados	-	-	3.037	6.047				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)	-	-	3.512	-	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)	-	-	32.505	79.955	Ajustes de provisões realizadas	-	-	-	(37.590)				
Outros créditos	13.537	12.070	112.018	55.550	Benefícios a empregados (Nota 17)	-	-	1.540	1.578	Efeito do deságio na aquisição de controladas	(37.228)	-	(37.228)	(327.219)				
Total do Ativo Circulante	136.722	287.221	3.330.535	3.191.076	Total do Passivo Circulante	151.580	163.481	3.257.559	1.890.561	Resultado de equivalência patrimonial	(1.063.201)	(849.188)	(656.124)	(444.986)				
Depósitos judiciais (Nota 15)	28.037	25.188	127.264	145.831	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	175.786	163.696	2.950.846	3.054.970	Total do lucro ajustado	232	2.440	1.365.177	1.323.400				
Impostos diferidos (Nota 8)	-	-	123.836	119.910	Arrendamentos (Nota 16)	-	-	34.424	34.505	Variações nos ativos e passivos	(46.145)	(11.895)	(309.689)	(174.441)				
Impostos a recuperar (Nota 10)	-	-	131.704	114.624	Impostos e encargos sociais	-	-	22.944	2.674	Aumento de estoques	-	-	(208.412)	(143.465)				
Outros créditos, bens e valores	67.496	23.547	75.608	49.369	Impostos diferidos (Nota 8)	-	-	165.261	207.551	Aumento de contas a receber e outras contas a receber	(15.669)	(13.268)	(267.241)	(223.057)				
Investimentos (Nota 11)	2.667.206	3.025.875	654.708	536.757	Benefícios a empregados (Nota 17)	-	-	100.790	102.160	Movimentação de aplicações financeiras	(29.475)	-	(29.475)	-				
Propriedades para investimentos	12.116	12.890	12.693	12.890	Provisões (Nota 15)	-	-	41.357	42.929	Redução/(aumento) do contas a pagar e outros fornecedores	(906)	(1.193)	152.982	183.555				
Imobilizado (Nota 12)	-	-	4.441.416	4.006.050	Benefícios a empregados (Nota 17)	-	-	41.357	42.929	Redução/(aumento) em outros instrumentos líquidos	(95)	2.566	51.079	18.638				
Intangível (Nota 13)	2	4	523.034	551.985	Total do Passivo não Circulante	175.786	166.714	3.323.951	3.453.097	Redução/(aumento) em pagamentos	-	-	(8.622)	(10.112)				
Total do Ativo não Circulante	2.774.857	3.087.505	6.090.263	5.537.416	Patrimônio Líquido (Nota 19)	2.584.213	3.044.531	2.839.288	3.384.834	Outras atividades operacionais	1.826.855	62.943	267.704	337.049				
Total do Ativo	2.911.579	3.374.726	9.420.798	8.728.492	Capital social	775.418	319.327	775.418	319.327	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(273.972)	(37.590)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Reservas de lucros	176.724	1.231.509	176.724	1.231.509	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.826.855	62.943	541.676	374.639				
Demonstrações de Resultados					Ajustes de avaliação patrimonial	1.143.079	1.004.703	1.143.079	1.004.703	Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	1.780.942	53.488	1.323.192	1.486.008				
Recarga líquida de vendas (Nota 23)					Debêntures conversíveis de controladas	488.992	488.992	488.992	488.992	Aquisição de imobilizado e intangíveis	(1.063.201)	(849.188)	(656.124)	(444.986)				
Custo das vendas (Nota 24)					Participação de não controladores	-	-	255.075	340.303	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(400)	-	-				
Lucro bruto					Patrimônio Líquido total	2.584.213	3.044.531	2.839.288	3.384.834	Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(562.225)				
Outras receitas (despesas)					Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.911.579	3.374.726	9.420.798	8.728.492	Aquisição de ações de acionistas minoritários(39.010)	-	-	-	(38.310)				
Despesas com vendas (Nota 24)					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Aquisição de outros investimentos	(22.239)	-	(22.239)	-				
Despesas administrativas (Nota 24)					Demonstrações de Resultados Abrangentes					Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(61.265)	(517)	(861.315)	(1.081.891)				
Outras (despesas) receitas, líquidas					Lucro líquido do exercício					1.081.306	799.559	1.081.306	799.559	Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos					Outros componentes do resultado abrangente					142.342	564.316	142.342	564.316	Pagamento de principal de empréstimos	(14.830)	(14.381)	(879.575)	(792.641)
Receitas financeiras (Nota 25)					Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado					141.454	565.938	141.454	565.938	Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	(175.037)	(176.829)
Despesas financeiras (Nota 25)					Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado					888	(1.622)	888	(1.622)	Empréstimos e financiamentos tomados	100.000	-	1.919.884	918.147
Resultado financeiro					Total do resultado abrangente do exercício					1.223.648	1.363.875	1.223.648	1.363.875	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.795.321)	(37.691)	(1.802.382)	(63.703)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)					Resultado atribuído aos acionistas não controladores					1.081.306	799.559	1.081.306	799.559	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.710.151)	(52.072)	(937.110)	(115.026)
Resultado antes dos impostos					Resultado atribuído aos acionistas controladores					1.081.306	799.559	1.081.306	799.559	Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa (Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.526	899	(453.210)	428.438
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)					Lucro líquido do exercício					1.081.306	799.559	1.095.970	843.219	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13.136	12.237	1.010.974	582.536
Lucro líquido do exercício					Resultado atribuído aos acionistas não controladores					1.081.306	799.559	1.095.970	843.219	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	22.662	13.136	557.764	1.010.974
Resultado atribuído aos acionistas não controladores					Lucro por ação					1.081.306	799.559	1.081.306	799.559	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Resultado atribuído aos acionistas controladores					Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)					1.081.306	799.559	1.081.306	799.559					
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					48,47	35,84							

Reservas de lucros	Reserva		Ajuste de avaliação patrimonial		Debêntures	Lucros	Participação	Total	Participações de não Controladores	Total	
	Social	Legal	Investimentos	Realizar							de Avaliações
Em 01 de janeiro de 2020	319.327	63.490	144.480	343.980	2	440.385	488.992	-	1.800.656	244.075	2.044.731
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	564.316	-	-	564.316	52.568	616.884
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	799.559	-	43.660	843.219
Destinações do lucro:											
Reserva legal	-	376	-	-	-	-	-	(376)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)	-	(120.000)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	679.183	-	-	-	(679.183)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	319.327	63.866	144.480	1.023.163	2	1.004.701	488.992	-	3.044.531	340.303	3.384.834
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	138.376	-	-	138.376	(93.761)	44.615
Aumento de capital c/reservas	456.091	(63.866)	-	(392.225)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.081.306	1.081.306	8.533	1.089.839
Destinações do lucro:											
Reserva legal	-	54.065	-	-	-	-	-	(54.065)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(144.480)	(630.938)	-	-	-	(904.582)	(1.680.000)	-	(1.680.000)
Reserva p/novos investimentos	-	-	122.659	-	-	-	-	(122.659)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	775.418	54.065	122.659	-	2	1.143.077	488.992	-	2.584.213	255.075	2.839.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Terramar Investimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade principal a participação em outras empresas, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios. A Terramar Investimentos S.A. atua, através de suas empresas, na manufatura e comércio de náteocidos para descartáveis higiênicos e médicos, latas de alumínio para bebidas e tampas plásticas para bebidas, higiene, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de náteocidos é global, de latas de alumínio para bebidas é brasileiro e em tampas plásticas no cone sul da América do Sul. No âmbito nacional, mantêm unidades produtivas em Manaus - AM; Teresina - PI; Estância - SE; Rio Verde - GO; Uberaba - MG; Cosmópolis, Diadema, Jacareí e Cabreúva - SP; Ponta Grossa - PR; Gravataí e Venâncio Aires - RS; e em Passo de Torres - SC. No exterior, tem plantas em Pilar - Argentina, Lima - Peru; San Jose Iturbide - México; nos Estados Unidos da América em Washougal - WA, Green Bay - WI, Simpsonville - SC, High Point - NC e Terre Haute - IN, além de plantas em Nörköping - Suécia; Peine - Alemanha; Trezza - Itália; Ras Al Khalmah - Emirados Árabes Unidos; Tianjin - China; Rayong - Tailândia; Kerkrade - Holanda; Rétság - Hungria e Pune - Índia. Ao todo, são 33 unidades industriais localizadas em 14 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 9 estados. Ainda no negócio de náteocidos, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 4 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine e Sulmona. Os negócios de náteocidos e tampas plásticas são integralmente detidos pela Évora. No negócio de latas de alumínio a Companhia participa de uma "joint venture" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc. desde 1995, player global e líder mundial nesse setor. A pandemia causada pelo COVID 19 não trouxe efeitos adversos aos negócios nos anos de 2021 e de 2020. No negócio de náteocidos ocorreu um ligeiro aumento do volume de vendas pelo maior consumo de náteocido voltado aos segmentos de descartáveis médicos e higiênicos. No negócio de latas de alumínio para bebidas, as vendas ficaram acima das vendas dos anos anteriores a pandemia, e no negócio de tampas plásticas ocorreu um substancial aumento de volume de vendas de tampas plásticas aplicadas em produtos dos segmentos de higiene pessoal e doméstica. A Companhia detém, direta e indiretamente, ainda ativos de reserva de valor no setor de florestamento, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através do cultivo de florestas de pinus e eucalipto pelas controladas Terramar Florestal e Rio Novo Florestal, cuja madeira proveniente das florestas plantadas é comercializada para uso múltiplo. **1.1 Negócio de náteocidos:** A controlada Fitesa atua na produção e comercialização de náteocidos de polipropileno tipo spunbond, spunmelt, cardado, laminados, perfurados, filmes, elásticos, airlead e wipes cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc). Para atender o aumento de demanda do mercado de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos foram implantadas em 2020 seis novas linhas de produção de náteocidos, sendo uma na Tailândia, na Alemanha e na Itália, duas no Brasil e três nos Estados Unidos. Adicionalmente encontra-se em fase de instalação com início de operação previsto para 2022 uma nova linha na planta industrial de Cosmópolis e duas linhas de produção de náteocidos voltados ao segmento de descartáveis médicos para produção de lenços de limpeza e desinfecção (wipes) na planta industrial de Terre Haute, IN nos Estados Unidos. Esse expressivo conjunto de investimentos consolida a participação da Fitesa como importante fornecedor nesses segmentos dessas regiões. As três aquisições realizadas em 2020 pela Fitesa, compostas de sete plantas industriais localizadas em Jacareí e Diadema, SP no Brasil; Terre Haute, IN e High Point, NC nos Estados Unidos; Kerkrade, na Holanda, Rétság, na Hungria e Pune, na Índia foram executadas com sucesso e as respectivas operações adquiridas integradas às operações da Fitesa. O conjunto de ativos e a diversidade de tecnologias de produção consolida a controlada Fitesa S.A. como uma das líderes globais no setor. **1.2 Negócio de latas de alumínio para bebidas:** O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. atua na produção e comercialização de latas e tampas de alumínio para envasamento de bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes. Na Crown Embalagens, foi concluída em 2021 a implantação da segunda linha de produção na planta

País	Controle direto (%)		Controle indireto (%)	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Évora S.A.	99,90	97,80	-	-
Terramar Florestal Ltda.	96,67	96,67	-	-
Terramar Navegação Ltda.	95,12	95,12	-	-
Terramar Corretora de Merc. Ltda.	12,56	12,56	-	-
Fitesa S.A.	-	-	99,99	99,99
América Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.	-	-	100,00	100,00
América Tampas Argentina S.A.	-	-	100,00	100,00
Rio Novo Florestal Ltda.	-	-	99,99	99,99
Petropar Riograndense Ltda.	-	-	99,97	99,97
Fitesa Náteocidos S.A.	-	-	99,99	99,99
Fitesa Germany GmbH	-	-	100,00	100,00
Fitesa Sweden A.B.	-	-	100,00	100,00
Fitesa Limited	-	-	100,00	100,00
Fitesa Mexico Holdings Limited	-	-	100,00	100,00
Fitesa US LLC	-	-	100,00	100,00
Fitesa Washougal Inc.	-	-	100,00	100,00
Fitesa Nonwovens Inc				

→☆ **continuação**

contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. ii. **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos dos CPCs informados acima relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge. iii. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Imobilização: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e • IFRS 17 Contratos de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4. Principais políticas contábeis: a. Base de consolidação e investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto: (i) Controladas e empreendimento controlado em conjunto:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. **(iv) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(v) Operações no exterior:** Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. **(vi) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Instrumentos financeiros: b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa nº 20. Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **b.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Certas controladas da Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado. **b.3. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Debêntures:** As debêntures emitidas pela controlada Évora S.A., são conversíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e preferenciais e a opção de liquidar ou convertê-las, está sob controle da mesma, portanto, atendem os pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais. Os juros das debêntures são contabilizados como passivo financeiro. **c. Redução ao valor recuperável (impairment): i. Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias; - reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **d. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangível:** O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição e de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Arrendamentos:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao

valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Benefícios concedidos a empregados:** Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **J. Receita operacional:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. O IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado financeiro. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos. **l. Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado. As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de pensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações preferenciais e ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros. **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e saldo em bancos	58	109	363.285	487.471
Aplicações financeiras	22.604	13.027	194.479	523.503
	<u>22.662</u>	<u>13.136</u>	<u>557.764</u>	<u>1.010.974</u>

No consolidado o montante em caixa e bancos contém os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar Norte-Americano e Euro, convertidas para reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se preponderantemente a aplicações em fundos de investimentos cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a fundos de investimento e debêntures. **6. Contas a receber de clientes:**

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Clientes no Brasil	346.687	217.350
Clientes no exterior	<u>1.097.667</u>	<u>980.468</u>
	1.444.354	1.197.818
Provisão para perdas esperadas em contas a receber	<u>(14.957)</u>	<u>(15.606)</u>
	<u>1.429.397</u>	<u>1.182.212</u>

A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa nº 20. **7. Estoques:**

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Produtos acabados	356.074	269.372
Produtos em elaboração	12.671	8.498
Matérias-primas	543.205	392.156
Almoxarifados de manutenção	103.055	112.239
Outros	20.229	5.020
Provisão para perdas	<u>(14.550)</u>	<u>(5.756)</u>
	<u>1.020.684</u>	<u>781.529</u>

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias. **8. Imposto de renda e contribuição social: Controladas no exterior:** As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e isenta nos Emirados Árabes Unidos, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. **(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos:** No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

	Consolidado		Ajuste de conversão		
	31/12/20	Adições	31/12/21	Baixas	31/12/21
Ativo:					
Variação cambial	70.805	13.604	(4.200)	(1.408)	78.801
Outras diferenças temporárias	31.045	17.804	(7.265)	(5.740)	35.844
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>38.926</u>	<u>5.029</u>	<u>9.472</u>	<u>(20.385)</u>	<u>33.042</u>
	<u>140.776</u>	<u>36.437</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(27.533)</u>	<u>147.687</u>

Passivo:	Consolidado				
	31/12/20	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	31/12/21
Varição cambial	453	(14.666)	(8.295)	119	(22.389)
Valor justo de controladas	(134.890)	(33.260)	18.229	8.664	(141.257)
Depreciação	(94.751)	-	(383)	82.093	(13.041)
Outras diferenças temporárias	771	(2.362)	(4.286)	(6.548)	(12.425)
	<u>(228.417)</u>	<u>(50.288)</u>	<u>5.265</u>	<u>84.328</u>	<u>(189.112)</u>
Impostos diferidos líquidos	(87.641)	-	-	-	(41.425)
Ativo	119.910	-	-	-	123.836
Passivo	<u>(207.551)</u>	-	-	-	<u>(165.261)</u>
	<u>(87.641)</u>	-	-	-	<u>(41.425)</u>

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	Consolidado	31/12/21	31/12/20
2022	50.620	50.620	-
2023	5.939	5.939	-
2024	5.110	5.110	-
Após 2024	86.018	86.018	-
	<u>147.687</u>	<u>147.687</u>	<u>-</u>

(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R\$ 141.469 de base de prejuízos fiscais de imposto de renda e R\$ 115.908 de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que potencialmente serão compensados com lucros tributários futuros ou reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12). **(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	31/12/21	31/12/20
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.250.924	961.619	-
Incentivos fiscais ICMS	(27.153)	(20.217)	-
Base de cálculo	1.223.771	941.402	-
Alíquotas fiscais aplicáveis	(382.035)	(320.078)	-
Equivalência patrimonial	223.082	151.295	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente	(2.166)	(3.333)	-
Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior	33.612	73.683	-
Varições cambiais	193	(18.662)	-
Juros sobre capital próprio	5	7.912	-
Outras adições e exclusões, líquidas	(27.645)	(9.217)	-
	<u>227.081</u>	<u>201.678</u>	<u>-</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	(154.954)	(118.400)	-
Corrente	(201.170)	(47.546)	-
Diferido	46.216	(70.854)	-

9. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características. Tais transações não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Ações ou cotas possuídas	Total do ativo	Total do passivo	Total das receitas líquidas	Resultado do período
Fitesa S.A.	713.640	2.014.575	8.045.133	8.231.964	6.217.389	8.073.256	418.219
Fitesa Germany GmbH	260.344	314.701	1	527.294	212.593	480.785	(2.493)
Rio Novo Florestal Ltda.	13.389	10.622	10.189	12.330	1.708	6.912	(2.789)
Petropar Riograndense Ltda.	1.015	1.551	1.015	2.338	787	-	15
América Ind. Com. de Embalagens Ltda.	5.999	20.315	5.999	78.329	58.014	127.904	5.617
América Tampas Argentina S.A.	6.313	9.994	116.106	12.370	2.376	15.912	(45)

(c) Empreendimento controlado em conjunto
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. 60.644 1.309.567 44.288 4.398.040 3.088.473 4.871.157 1.312.247

Os percentuais de participação nas controladas estão apresentados na nota explicativa nº 2 e no empreendimento controlado em conjunto a Companhia possui 50% de participação.

Movimentação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto:

(a) Controladas	Saldo em 31/12/20	Integralização/(-) redução de capital	Dividendos recebidos/a receber	Outros componentes do resultado abrangente	Resultado Equivalência Patrimonial	Total em 31/12/21
Évora S.A.	2.996.479	75.368	(1.635.614)	137.391	1.064.497	2.638.121
Terramar Florestal Ltda.	23.804	-	-	-	(523)	23.281
Terramar Navegação Ltda.	5.567	-	-	985	(772)	5.780
Terramar Corretora de Merc. Ltda.	25	-	-	-	(1)	24
	<u>3.025.875</u>	<u>75.368</u>	<u>(1.635.614)</u>	<u>138.376</u>	<u>1.063.201</u>	<u>2.667.206</u>

Movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto:

	Integra- lização/(-) redução de capital	Dividen- dos rece- bidos ou a receber	Outros componentes do resultado abrangente	Resultado Equivalência Patrimonial	Total em 31/12/21
Crown Embala- gens Metálicas da Amazônia S.A.	536.757	(542.414)	4.317	656.124	654.784

O saldo de outros componentes do resultado abrangente refere-se preponderantemente à atualização de investimentos em moeda estrangeira de controladas no exterior. **12. Imobilizado: Composição dos saldos:**

	Consolidado				Taxas médias anuais de depreciação (%)
	31/12/21	31/12/20	Depreciação e exaustão	Líquido	
Terenos	144.749	144.749	130.165	-	-
Prédios	1.977.168	(791.359)	1.185.809	1.143.591	2,51%
Máquinas e equipamentos	7.659.854	(5.416.828)	2.243.026	2.325.121	10,20%
Instalações	214.061	(133.349)	80.712	71.748	19,59%
Móveis e utensílios	54.861	(41.139)	13.722	14.112	21,49%
Sistemas e equipamentos de computação	75.498	(52.351)	23.147	17.965	32,92%
Florestamento e reflorestamento	26.964	(15.187)	11.777	17.948	7,93%
Imobilizações em andamento	672.389	-	672.389	207.362	-
Outros	62.670	(52.915)	9.755	19.356	8,19%
Imobilizado	<u>10.888.214</u>	<u>(6.503.128)</u>	<u>4.385.086</u>	<u>3.947.368</u>	-
Direitos de uso	117.358	(61.028)	56.330	58.682	14,95%
Total	<u>11.005.572</u>	<u>(6.564.156)</u>	<u>4.441.416</u>	<u>4.006.050</u>	-

As imobilizações em andamento referem-se preponderantemente a projetos de expansão das unidades fabris da controlada Fitesa S.A., descritos na nota explicativa 1.1. Os direitos de uso referem-se preponderantemente a imóveis e terrenos. A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura do imobilizado de controladas no exterior. **Movimentação do imobilizado:**

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/20	Adições	Baixas e transferências	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/21
Terenos	134.492	-	6.964	-	144.749
Prédios	1.147.916	-	58.453	(150)	1.185.809
Máquinas e equipamentos	2.325.360	-	279.694	(2.769)	1.945.997
Instalações	71.748	-	16.571	-	88.319
Móveis e utensílios	14.127	-	3.392	-	17.519
Sistemas e equipamentos de computação	17.965	-	10.071	(114)	17.850
Florestamento e reflorestamento	10.609	-	3.600	-	14.209
Imobilizações em andamento	209.873	-	693.171	(248.556)	654.488
Outros	15.278	-	3.365	(3.909)	14.634
Imobilizado	<u>3.947.368</u>	<u>-</u>	<u>1.075.281</u>	<u>(255.498)</u>	<u>4.385.086</u>
Direitos de uso	58.682	-	9.334	-	68.016
Total em 2021	<u>4.006.050</u>	<u>-</u>	<u>1.084.615</u>	<u>(255.498)</u>	<u>4.441.416</u>
Total em 2020	<u>2.625.520</u>	<u>644.908</u>	<u>978.072</u>	<u>(474.824)</u>	<u>4.006.050</u>

Provisão para redução do valor recuperável: Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

Dividendos a receber (Ativo)	Dividendos a pagar (Passivo)	Consolidado	
		31/12/21	31/12/20
Dividendos a pagar para acionistas	44.680	-	-
Évora S.A.	63.537	-	-
Outros	36	-	-
31/12/21	63.573	44.680	-
31/12/20	254.813	160.002	-
Consolidado	Dividendos a receber (Ativo)	Dividendos a pagar (Passivo)	
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	18.210	-	-
Outros	37	44.743	-
31/12/21	18.247	44.743	-
31/12/20	4.721	165.738	-

Os saldos de dividendos a receber e de dividendos a pagar referem-se à distribuição de resultados declarados e ainda não pagos, respectivamente, de controladas e à controlada. Os montantes das transações comerciais entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pelas investidas com terceiros, motivo pelo qual não estão sendo apresentados. **10. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia e suas controladas, e estão descritos conforme abaixo:

	Consolidado			
	31/12/21	Não Circulante	31/12/20	Não Circulante
PIS e COFINS	33.481	6.603	31.933	31.232
ICMS	8.338	33.429	15.100	3.166
IRPJ	4.375	1.797	4.840	1.794
IRPJ e CSLL	69.211	89.875	65.906	77.648
IGV - Peru	10.780	-	-	-
IGV - Alemanha, China e Tailândia	10.614	-	8.708	-
IVA - Itália, México e Argentina	15.660	-	22.204	-
Outros	6.979	-	7.399	784
	<u>159.438</u>	<u>131.704</u>	<u>156.090</u>	<u>114.624</u>

Os saldos de PIS/COFINS e ICMS são, substancialmente, compostos por créditos tributários apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, decorrentes dos recentes investimentos e ampliações das capacidades instaladas nas plantas dessas localidades, e também gerados nas operações das plantas principalmente decorrentes de exportação, que serão realizados no curso usual dos negócios, além de créditos oriundos de processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, transitado em julgado com a decisão favorável às empresas controladas. O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários reconhecidos e de retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras, os quais são atualizados pela taxa Selic e serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente compõem o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente, e créditos de impostos pagos pelas controladas no exterior. **11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto: Principais informações:**

(a) Controladas diretas	Número de ações	Participação social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro/Prejuízo Líquido	Equivalência patrimonial
Évora S/A	16.004.942	99,9007	2.640.742	759.851	1.071.572	1.064.497
Terramar Florestal Ltda.	31.380.000	96,6696	24.084	32.461	(541)	(523)
Terramar Navegação Ltda.	5.977.475	95,1218	6.076	6.284	(813)	(772)
Terramar Corretora de Merc. Ltda.	550.000	12,5570	193	4.380	(4)	(1)

13. Intangível: Composição dos saldos:

	Consolidado			
	31/12/21	31/12/20	Amortização acumulada	Líquido
Software	129.421	(72.115)	57.306	58.454
Licença de tecnologia	99.088	(29.145)	69.943	75.589
Intangíveis identificados	24.439	(18.681)	5.758	5.651
Carteira de clientes	288.851	(71.268)	217.583	232.945
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	172.418	-	172.418	179.320
Outros	26	-	26	26
	<u>714.243</u>	<u>(191.209)</u>	<u>523.034</u>	<u>551.985</u>

Movimentação do Intangível:

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/20	Adições e transferências	Baixas e transferências	Ajuste de conversão	Saldos em 31/12/21
Software	58.454	10.139	-	3.045	57.306
Licença de tecnologia	75.589	-	760	(6.406)	69.943
Intangíveis identificados	5.651	1.242	(115)	(48)	5.758
Carteira de clientes	232.945	1.407	-	2.513	217.583
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	179.320	1.561	-	(8.463)	172.418
Outros	26	-	-	-	26
Total em 2021	<u>551.985</u>	<u>14.349</u>	<u>(115)</u>	<u>(2.193)</u>	<u>523.034</u>
Total em 2020	<u>324.983</u>	<u>140.913</u>	<u>(1.961)</u>	<u>116.361</u>	<u>551.985</u>

Os intangíveis correspondem aos ativos identificados, carteira de clientes, avaliados a valor justo na data de aquisição, decorrentes das aquisições de controladas, além da aquisição de softwares. A amortização destes intangíveis está sendo registrada nas contas de amortização em prazos que variam de 5 a 20 anos. O ágio (goodwill) decorrente da aquisição de controladas está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e resultou da determinação e alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, de acordo com a metodologia de fluxo de caixa descontado, na medida de sua colaboração na formação das receitas futuras das empresas adquiridas. A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura dos intangíveis de controladas no exterior. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida pudessem estar acima do valor recuperável.

14. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado			
	31/12/21	31/12/20	Circulante	Não Circulante
Moeda				
Taxa de Contrato				
Em moeda nacional				
Capital de giro	IPCA + 1,5% a 5% a.a.	-	1.186	17.600
Capital de giro	109% do CDI	1.111.417	-	-
Juros remuneratórios - debêntures		1.485	-	1.536
		<u>1.112.902</u>	<u>-</u>	<u>17.600</u>
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	USD de 7% a 11% a.a.	586	175.785	546
Capital de giro	USD Libor + 2,35% a 4,80% a.a.	312.328	502.234	224.947
Capital de giro	USD 3,75% a 5,30% a.a.	770	31.809	12.303
Capital de giro	EUR 2,99% a 5,40% a.a.	130.823	686.313	198.359
Capital de giro	EUR 0,8% a 2,98% a.a.	70.028	37.783	59.617
Capital de giro	EUR Euribor + 1,20% a 4,60% a.a.	49.828	70.163	-
Ativo permanente	EUR 4,11% a 4,35% a.a.	33.178	378.469	1.574
Ativo permanente	EUR Euribor + 0,95% a 4,00% a.a.	150.185	356.279	140.813
				480.355

	Consolidado			
	31/12/21	31/12/20	Circulante	Não Circulante
Moeda				
Taxa de Contrato				
Ativo permanente	USD Libor + 3,40% a 5,35% a.a.	64.247	153.922	68.358
Ativo permanente	THB MLR (THAI) + 2,25% a.a.	21.863	208.792	28

→☆ **continuação**
 controlado em conjunto. (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): Controlado no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e pelo empreendimento controlado em conjunto e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial correspondem no consolidado em 31 de dezembro de 2021 a R\$ 160.581 (R\$ 124.557 em 31 de dezembro de 2020). A controlada Fitesa Nãotécidos firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido. A controlada America Embalagens, com sede no Rio Grande do Sul, goza de incentivo de ICMS, através da utilização de crédito fiscal presumido de ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 55.392 de 2020. O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido; possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, representado por redução do percentual do imposto devido na unidade de Estância-SE, tendo esse benefício vencimento em 2034; goza de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI representada pelo crédito presumido de ICMS em sua unidade de Teresina-PI, com vencimento em 2033; é beneficiária de incentivo fiscal de ICMS na planta de Rio Verde-GO através do Programa Pró Goiás o qual conta com redução do percentual devido nas operações próprias realizadas, com vencimento em 2032. Ainda, possui crédito outorgado de ICMS relacionado ao investimento da planta daquela localidade, sendo este utilizado em parcelas mensais e com vencimento em 2023. Apesar dos prazos de vigência citados serem os concedidos por cada Estado, a Lei Complementar nº 160/2017 estabelece que todos os incentivos cessarão em dezembro de 2032, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus. (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do Imposto de Importação e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2025, bem como possui redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido. **19. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 775.418, composto por 22.308.970 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b. Reservas de capital:** • *Debêntures conversíveis:* Em 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Évora S.A., a 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições: Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028. Valor da emissão: R\$ 500.000 (500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1). Conversibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias e preferenciais e a relação de conversão das debêntures em ações foi apurada com base no patrimônio líquido operacional da emissora, utilizando o balanço patrimonial de 31 de outubro de 2018. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. Remuneração: serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 7% ao ano, conforme aditivo à escritura de debêntures firmado em 31/05/19, devidos semestralmente nos meses de junho e dezembro. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. Amortização facultativa: as debêntures de primeira e segunda séries, poderão a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa pela Emissora. Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a esta emissão, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante. **c. Reservas de lucros:** • *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em Assembleia Geral dos Acionistas de maio de 2021 foi deliberada a capitalização integral do saldo da reserva legal no valor de R\$ 63.866. • *Reserva de investimentos e capital de giro:* Constituída conforme artigo 40, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** *i) Reserva de reavaliação societária:* Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, realizada por depreciação ou baixa dos bens avaliados contra lucros acumulados. *ii) Reserva de outros resultados abrangentes:* São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego. **e. Dividendos:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios pode ser assim demonstrado:

	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	1.081.306	799.559
Reserva Legal - 5%	(54.065)	(376)
Base de cálculo dos dividendos	1.027.241	799.183
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	256.810	199.796
Distribuição complementar	647.772	-
Distribuição proposta	904.582	199.796
Dividendos propostos	904.582	120.000
Dividendos por ação	40,55	5,38

Em reuniões do Conselho de Administração em 2021 foram aprovadas, sujeito ainda à ratificação da Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada oportunamente, as distribuições de R\$ 904.582, a título de dividendos, por conta dos resultados do ano e, adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de outubro de 2021 foi deliberada a distribuição de R\$ 775.418 a título de dividendos por conta de reserva de lucros. **20. Instrumentos financeiros: Derivativos:** A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Fitesa Simpsonville, Inc. possui swap de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em dólar estadunidense com indexador vinculado a LIBOR mais juros fixos de 1,8% a.a. para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a. A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

	Consolidado	
	Valor reconhecido	Valor justo
	No	Valor a receber
	resultados	(pagar), líquido
	31/12/21	31/12/20
Contratos de Swap		
Swap de taxa posição de juros passiva	2.81%	158.684
As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:	2.655	1.274
	3.512	4.670
	1.010.974	1.182.212
	1.987.161	2.193.186

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
 Aos Conselheiros e Diretores da **Terramar Investimentos S.A.** - Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terramar Investimentos S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terramar Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Nacional	337.883	209.052
Exterior	1.091.514	973.160
Total	1.429.397	1.182.212

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	Contas a receber	Provisão PCLD
	31/12/21	31/12/20
A vencer	1.266.252	-
Vencidos de 1 a 30 dias	106.463	-
Vencidos entre 31 e 180 dias	58.104	(1.524)
Vencidos há mais de 180 dias	13.417	(13.315)
	1.444.236	(14.839)
	1.197.818	(15.606)

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos
	31/12/21	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	4.920.760	5.004.506	1.627.100	931.671	827.841
Fornecedores	747.282	747.282	747.282	-	-
Arrendamentos a pagar	49.884	59.883	9.609	8.302	9.865
Passivos financeiros derivativos					
Swap de taxas de moedas utilizados para hedge	(3.512)	(3.512)	(3.512)	-	-
Total	5.714.414	5.808.159	2.380.479	939.973	837.706

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas da Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos dessas controladas e no resultado de equivalência da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas, há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção. **Risco de taxas de câmbio:** Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros:** A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
	US\$ (mil)	Euro (mil)
Contas a receber	12.496	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.117	10.217
Empréstimos e financiamentos	(231.551)	(296.325)
Fornecedores	(1.915)	(635)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(214.853)	(286.743)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
US\$ (Dólar dos EUA)	5,5805	5,1670
Euro	6,3210	6,3779

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros: As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos a variação entre a moeda do instrumento e a moeda funcional da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e suas controladas à variação de 25% e de 50% nas suas respectivas moedas funcionais em relação ao Dólar e ao Euro oficial de encerramento do exercício antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda:

	Consolidado	
	Resultado do Exercício/ Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício/ Patrimônio Líquido
	31/12/21	31/12/20
(177.003)	(177.003)	(177.003)
(354.005)	(354.005)	(354.005)
(124.347)	(124.347)	(124.347)
(248.694)	(248.694)	(248.694)
(83)	(83)	(83)
(166)	(166)	(166)
(117.388)	(117.388)	(117.388)
(234.775)	(234.775)	(234.775)
(315.372)	(315.372)	(315.372)
(630.743)	(630.743)	(630.743)
(13.396)	(13.396)	(13.396)
(26.792)	(26.792)	(26.792)
1.401	1.401	1.401
2.803	2.803	2.803

As controladas Fitesa Sweden e Fitesa Peru possuem empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação às moedas funcionais dessas entidades, que são, respectivamente a Coroa Sueca e o Dólar, e estão incluídos na análise de sensibilidade detalhada na tabela acima. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Contábil
	31/12/21	31/12/20
Instrumentos de taxa fixa		
Aplicações financeiras	38.729	3.558
Empréstimos e financiamentos	2.109.044	1.779.696
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	155.750	519.945
Empréstimos e financiamentos	2.811.717	1.984.541

Contadora
Iolanda Rubbo - CRC RS 51265/O-8

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do período	
	31/12/21	31/12/20
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	11.563	119
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	848	257

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. **Valor justo:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	557.764	557.764	1.010.974	1.010.974
Contas a receber de clientes	1.429.397	1.429.397	1.182.212	1.180.251
Passivos mensurados pelo valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos (Swap de juros e de moeda)	(3.512)	(3.512)	4.670	4.670

Passivos mensurados pelo custo amortizado
 Empréstimos e financiamentos 4.920.760 4.521.407 3.764.237 3.565.574
 Fornecedores 747.282 747.282 604.476 604.476
 Arrendamentos 49.884 59.883 50.738 50.738
 O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras consolidadas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura de seguros é composta conforme tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Ativo imobilizado	7.835.848	6.301.920
Estoques	642.034	382.508
Lucros cessantes	2.436.172	1.886.374
Risco de engenharia e Responsabilidade civil	5.828.823	4.349.726

22. Receitas por segmento de negócios: A administração da Companhia, para a sua tomada de decisões, efetua a gestão ativa das receitas com vendas através das análises de vendas por negócios de suas controladas, tendo a seguinte segregação:

	31/12/21		31/12/20	
	Nãotécidos	Outros	Consolidado	Consolidado
	31/12/21	31/12/20	31/12/20	31/12/20
America Latina e México	2.429.719	158.178	2.587.897	1.773.142
Estados Unidos	2.248.639	-	2.248.639	1.436.353
Europa e China	2.978.111	-	2.978.111	2.180.804
Sudeste Asiático	416.787	-	416.787	338.485
Total das receitas por segmentos	8.073.256	158.178	8.231.434	5.728.784

23. Receita de vendas:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Receita bruta de vendas	8.550.753	6.072.452
Impostos sobre vendas	(298.210)	(207.286)
Abatimentos e devoluções	(21.109)	(12.227)
Receita líquida de vendas	8.231.434	5.852.939

24. Despesas por natureza: Os custos dos produtos vendidos e as despesas com vendas e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Matérias-primas e materiais de consumo	4.723.205	2.989.208
Despesa com pessoal	936.335	739.300
Depreciação e amortização	544.193	449.742
Despesas de transporte	254.356	169.205
Outras despesas	783.000	579.870
Custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	7.241.089	4.927.325

25. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Aplicações financeiras	2.421	1	16.087	3.164
Atualização de créditos fiscais	185	153	10.934	12.255
Outras receitas financeiras	3.290	7.877	8.897	19.345
Variações monetárias	9.489	-	9.489	-
Juros sobre financiamentos	(16.073)	(14.573)	(142.324)	(141.357)
Juros sobre debêntures conversíveis	-	-	(34.357)	(34.989)
Outras despesas financeiras	(2.697)	(2.983)	(55.439)	(69.069)
Varição cambial líquida	(11.976)	(36.689)	(63.817)	(517.400)
Resultado financeiro líquido	(15.361)	(46.214)	(250.530)	(728.051)

As variações cambiais líquidas são decorrentes principalmente de créditos com clientes no exterior e empréstimos e financiamentos captados nas diversas geografias de atuação das empresas e em moeda distinta da moeda funcional dessas geografias. **26. Transações que não afetam o caixa:** As transações que não transitaram pelo caixa e que, por consequência, não estão consideradas nas demonstrações dos Fluxos de caixa são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/21	31/12/20
Direito de uso	9.332	1.782
PPA Freudenberg	-	24.465
PPA Divisão de filmes da Tredegar Corporation	-	253.121
PPA Fiber Dynamics	1.561	106.220
PPA Tredegar Personal Care	(434)	-

27. Eventos subsequentes: Em janeiro de 2022 as controladas realizaram as seguintes reestruturações visando otimizar as estruturas organizacional e de negócios: i) A Fitesa Nãotécidos S.A. incorporou sua controladora Fitesa S.A. e passou a condição de holding operacional controlando todas as operações dos negócios de nãotécidos no Brasil e exterior; e ii) A Évora S.A. realizou aumento de capital na America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. mediante aporte do investimento que possuía na subsidiária integral America Tampas Argentina S.A., concentrando a operação no segmento de tampas plásticas numa única entidade.

reconhecimento da receita é necessário exercer julgamento para avaliar o momento em que ocorre a transferência do controle sobre o produto ao cliente. Em razão da relevância dos valores

—☆ **continuação**
por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não

mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERACOM TELEMÁTICA S.A

CNPJ Nº 02.820.966/0001-09 - NIRE Nº 43300057119 - Capital Fechado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO:

Convidamos os Senhores Acionistas da Teracom Telemática S.A. para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 20 de abril de 2022, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Rua América, nº1000, Eldorado do Sul, RS para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: 1) Aprovação das contas do exercício de 2021; 2) Destinação dos resultados do exercício de 2021; 3) Aprovação do orçamento de 2022; 4) Ratificar a escolha da empresa de auditoria para os trabalhos de auditoria do ano de 2021. Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Ordinária ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Eldorado do Sul, 06 de abril de 2022. **Claudia Gebinski** - Conselheira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



VENTOS DO SUL ENERGIA S/A

CNPJ 06.016.348/0001-53 – NIRE 43 3 0004554 4

AVISOS

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>; b) <http://ventosdosulenergia.com.br/informacoesfinanceiras/balancos/>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas ao ano 2020.

1. Considerações iniciais: A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B. A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público. A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfin Enervento Exterior S.L.U., a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfin Sociedad de Energia S.L.U. como acionista controlador. A Enerfin S/A detém 100% do capital social de Enerfin Sociedad de Energia S.L.U. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, que detém 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações) e pela CEEE-G (Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica) que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações). No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de usinas eólicas, solares e na prestação de serviços ao transporte e distribuição de gás natural. A energia elétrica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R\$ 670 milhões. Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados com experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição às contingências. A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Energia Eólica: Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes. A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração evita a emissão de gases de efeito estufa e reduz o impacto sobre o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir

da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas. Em vista disso, a energia eólica é uma das fontes alternativas de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e importância estratégica, pois a época de maior incidência dos ventos coincide com o período de seca na região contribuindo para a preservação dos mananciais hídricos e conservação dos reservatórios das hidrelétricas.

3. Desempenho econômico-financeiro: Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional: A receita operacional bruta no ano de 2021 foi de R\$ 232 milhões, representando um aumento de 18% (R\$ 35 milhões) quando comparado com o exercício anterior, cuja receita foi de R\$ 197,4 milhões. As deduções sobre a receita operacional aumentaram na mesma proporção em R\$ 21,6 milhões, representando um aumento de 17% (R\$ 3,1 milhões) quando comparado com o exercício anterior. Em termos de resultado, as movimentações anteriores resultaram em uma receita operacional líquida de R\$ 210,3 milhões, representando um aumento de 18% quando comparado ao período anterior. Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada ao recurso eólico, que apresenta ciclos variáveis de maior ou menor intensidade ao longo do tempo. O gráfico a seguir registra a energia mensal produzida no exercício 2021 que resultou em uma geração anual superior a 381 MWh. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas.

4. Investimentos: A Companhia investe exclusivamente na geração de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar conhecimento e dedicação específica sobre a atividade, permitindo uma gestão voltada para a redução dos riscos e despesas relacionadas às atividades de operação e manutenção do empreendimento. A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro se encontra maduro e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do seu robusto desempenho em operações e do retorno sobre os investimentos realizados. A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos. A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima e garantia de 97 % dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantêm ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade média do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, 99,38 % de disponibilidade acumulada em 2021. Desta forma não se faz necessário reinvestimento em capex.

5. Gestão corporativa: Gestão operacional e administrativa: A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição. A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é realizada por empresas especializadas nas respectivas áreas contando com a Enerfin do Brasil Sociedade e Energia Ltda. ("Enerfin"), que atua como

gerenciadora de todo o processo, mediante contrato de gestão firmado entre as partes e, portanto, não possui colaboradores diretos.

Gestão Integrada – meio ambiente, saúde e segurança do trabalho: A gestão integrada da Ventos do Sul Energia S.A. é realizada pela "Enerfin", mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfin é certificada pela NBR ISO 14001:2015 e pela NBR ISO 45.000, de acordo com a sua política que tem como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfin. Durante o exercício de 2021, foram realizadas duas auditorias externas as quais foram concluídas com êxito e reconhecimento pelos auditores independentes, quanto ao atendimento dos requisitos normativos avaliados. Quanto ao licenciamento ambiental, a empresa também passou por vistorias rotineiras do órgão ambiental o qual verificou a regularidade das condições previstas na licença de operação, tanto do parque quanto da linha de transmissão 230 Kv que conecta o mesmo ao sistema interligado nacional. Existem canais de informação e comunicação adequados para que a política de gestão integrada seja conhecida, compreendida e aplicada por todas as pessoas dedicadas à organização, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos aplicáveis às atividades da Companhia. *Projetos sociais, culturais, esportivos e de incentivos à saúde.* No exercício 2021, a Companhia operou pelo regime de apuração do lucro real e destinou cerca de R\$ 1,3 milhões, oriundos da sua parcela dedutível de imposto de renda a pagar, para apoiar projetos sociais formalmente reconhecidos pelas respectivas leis de incentivo à saúde, ao idoso, à cultura, à criança e ao esporte. A Companhia apoia o fomento do turismo local bem como promove e participa da divulgação de informações do Centro de Visitação e Difusão de Informações, um espaço aberto ao público em geral, dedicado à divulgação de informações relacionadas ao Complexo Eólico, sua tecnologia empregada para geração de energia renovável, a preservação do meio ambiente e o potencial turístico do município de Osório, associado aos seus valores culturais, belezas naturais e esportes praticados na região. Trata-se de um espaço de convivência social que visa contribuir com o desenvolvimento regional da infraestrutura social, ambiental e cultural do município de Osório, tornando-o uma referência de ecologia e turismo de parada obrigatória nas viagens ao litoral do Rio Grande do Sul. O empreendimento está localizado às margens da Rodovia BR-101, junto à entrada principal do Complexo Eólico de Osório, próximo ao Parque de Rodelos Jorge Dariva.

6. Auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a Deloitte, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Durante o exercício de 2021, efetuamos pagamentos para a Deloitte do serviço de auditoria das demonstrações Financeiras e revisões dos ITRs no montante de R\$ 318 mil.

7. Agradecimentos: Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria. Também cabe registrar um especial reconhecimento à dedicação dos profissionais internos e externos, particularmente aos interlocutores das sociedades participantes, agentes da Eletrobras, BNDES e aos proprietários rurais parceiros, colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, representantes das comunidades de Osório e Porto Alegre, demais agentes do setor elétrico, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia no exercício de 2021. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R\$)					
	2021	2020		2021	2020
ATIVO			PASSIVO		
Circulante			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa.....	11.995	22.240	Fornecedores.....	1.370	1.134
Contas a receber de clientes.....	31.621	18.387	Debêntures.....	50.535	51.303
Impostos a recuperar.....	210	1.004	Impostos a recolher.....	1.266	1.677
Outros Ativos Circulantes.....	757	850	Provisão IRPJ e CSLL.....	752	2.856
Total.....	44.583	42.481	Arrendamentos.....	363	34
NÃO CIRCULANTE			Provisões e Outros Passivos Circulantes.....	80.703	57.226
Aplicações financeiras vinculadas.....	34.155	26.194	Total.....	134.989	114.230
Impostos a recuperar.....	1.169	5.191	NÃO CIRCULANTE		
Outros Ativos Não Circulantes.....	1.125	764	Debêntures.....	167.838	206.060
Arrendamentos.....	3.083	2.722	Arrendamentos.....	3.074	2.949
Investimentos.....	57	57	Provisões e Outros Passivos Não Circulantes.....	7.530	9.773
Imobilizado.....	268.945	289.650	Total.....	178.442	218.782
Total.....	308.534	324.578	Total do Passivo.....	313.431	333.012
TOTAL DO ATIVO.....	353.117	367.059	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social.....	964	964
			Reservas de lucro.....	38.722	33.083
			Total do patrimônio líquido.....	39.686	34.047
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	353.117	367.059

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS RESUMIDA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	2021	2020	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	210.322	178.885	
Custo da Operação.....	(72.456)	(63.364)	
LUCRO BRUTO.....	137.866	115.521	
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas.....	(6.350)	(5.801)	
Outras receitas operacionais, líquidas.....	4.301	4.517	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	135.817	114.237	
Resultado Financeiro.....	(19.081)	(14.605)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	116.736	99.632	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente.....	(40.014)	(34.151)	
Diferido.....	336	300	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	77.058	65.781	

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R\$)					
	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....	964	193	32.890	-	34.047
Lucro líquido do Exercício.....	-	-	-	77.058	77.058
Destinação e Distribuição de Dividendos.....	-	-	(32.890)	(38.529)	(71.419)
Constituição de reserva especial.....	-	-	38.529	(38.529)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	964	193	38.529	-	39.686

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES RESUMIDA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	2021	2020	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	77.058	65.781	
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO.....	77.058	65.781	

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício.....	77.058	65.781
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	111.909	57.179
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(463)	(82)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(121.691)	(68.801)
DF.....	(10.245)	(11.704)
DEMONSTRAÇÃO DO REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício.....	22.240	33.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício.....	11.995	22.240

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO RESUMIDA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais -R\$)

	2021	2020
RECEITAS	236.299	201.926
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	56.158	47.270
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	180.141	154.656
Depreciação e Amortização.....	20.299	19.954
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA.....	159.842	134.702
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	1.595	764
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	161.437	135.466
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	161.437	135.466
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	61.354	52.375
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS.....	23.025	17.310
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS.....	77.058	65.781
Lucro retido.....	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA.....	161.437	135.466

As notas explicativas resumidas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: 1.1. Contexto Operacional: A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003. A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária: Acionistas Ações % de Participação Rio Sul 1 Energia Ltda..... 112.771.200 80% Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G 14.096.400 10% Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda..... 14.096.400 10% 140.964.000 100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em

14 de fevereiro de 2022. 2.2. Moeda Funcional: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS: O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas: a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia: (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros. (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Concetual. (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido. (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato. (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1)), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis. (VIII) Alterações a IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis. (IX) Alterações a IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. IMOBILIZADO: O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	2021		2020	
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Administração central:				
Computadores.....	20%	833	(763)	70
Máquinas e equipamentos.....	10%	1.882	(962)	920
Móveis e utensílios.....	10%	823	(751)	72
Instalações.....	10%	300	(177)	123
Veículos.....	20%	129	(116)	13
Operação do sistema:				
Edificações, obras civis e benfeitorias.....	2,81%	84.874	(44.940)	39.934
Máquinas e equipamentos.....	3,11%	599.605	(377.563)	222.042
Desmobilização.....		6.878	(1.107)	5.771
		695.324	(426.379)	268.945

Continua >>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R\$)							
4. IMOBILIZADO:							
Saldo em 31/12/2019	Edificações, obras civis e benfeitorias e outros	Máquinas e equipamentos	Total				
Adições	46.416	259.769	306.185				
Desmobilização	82	-	82				
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.750	1.750				
Amortização Desmobilização	-	1.437	1.437				
Depreciação do exercício	(2.895)	(16.470)	(19.365)				
Saldo em 31/12/2020	43.603	246.047	289.650				
Adições	463	-	463				
Baixa Desmobilização	-	(2.453)	(2.453)				
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437				
Amortização Desmobilização	-	(548)	(548)				
Depreciação do exercício	(2.934)	(16.670)	(19.604)				
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945				
5. DEBÊNTURES: A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia. O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2021 foi efetivada a quinta amortização de debentures. Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:							
Abertura e Saldos das Debêntures							
Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	227.000	(642)	148.073	672	148.103
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	98.000	(1.380)	71.541	109	70.270
			<u>325.000</u>	<u>(2.022)</u>	<u>219.614</u>	<u>781</u>	<u>218.373</u>
					<u>2021</u>	<u>2020</u>	
Circulante					50.535	51.303	
Não Circulante					167.838	206.060	
Total Debêntures					<u>218.373</u>	<u>257.363</u>	
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$1,00. b) Reservas de lucro: b.1) Reserva Legal: pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. b.2) Reserva Especial: Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$38.529 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração. c) Distribuição de lucro: A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. A Companhia apurou o lucro líquido de R\$77.058, sendo que R\$38.529 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros. Em 2021 a companhia pagou R\$65.781 de dividendos (Em 2020 o montante pago foi de R\$4.726).							
7. COMPROMISSOS ASSUMIDOS: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:							
Compromissos		Posição em 31/12/2021					
Encargos de Transmissão			2.004				
Arrendamentos			223				
Wobben Windpower			2.112				
Total			<u>4.339</u>				
Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.							
ACIONISTAS		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Rio Sul 1 Energia Ltda.		Jose Castellanos Ybarra	Felipe Ostermayer				
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.		Elena Diaz Pindado	Oscar Martin Pacios				
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G		Hans-Dieter Kettwig	Thais Mattei Lanzotti				
DIRETORIA		CONTADOR					
Jose Castellanos Ybarra	Marco Antonio Morales Garrido	Felipe Ostermayer	Silvio Marcelino Bobrowski				
Diretor Presidente	Diretor sem Designação Especifica	Diretor de Relações com Investidores	CRC/RS 52.920/O-9 - CPF 714.342.320-34				
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES							
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ventosdosulenergia.com.br/informacoesfinanceiras/balancos/							
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de fevereiro de 2022, sem modificações							

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC